



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
DIVISÃO DE GESTÃO DE SUPRIMENTOS**

Termo N° 154/2019-DGES/DIRAD

Belém-PA, 15 de Abril de 2019.

TERMO DE REFERÊNCIA
Processo n° 59004.000138/2019-30

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de cafeteira elétrica, material aço inoxidável, aplicação industrial, capacidade 50 L, para uso nas dependências administrativas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia ó SUDAM.

ITEM	OBJETO	Quantidade a ser adquirida (Unidade)
1	Cafeteira elétrica material aço inoxidável, aplicação industrial, capacidade 50 l, com 04 torneiras, voltagem 220v bifásico, potência aproximada de 6000w, com termostato para controle de temperatura, características adicionais com 2 depósitos.	01

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição é necessária para suprimento da produção de café, que atende diariamente os servidores da SUDAM.

3. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes do objeto deste Termo correrão à conta de recursos específicos, consignados no Orçamento Geral da União, na seguinte dotação orçamentária: Fonte: 0250. Elemento de Despesa: 449052 ó Equipamentos e Material Permanente. Programa de Trabalho: 0412211120000001.

4. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

4.1. Deverão ser observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial ó INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.2. Os bens deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.3. Os bens deverão ser livres de substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva ROHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

4.4. A comprovação do disposto nos itens acima poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências; e

4.5. Selecionada a proposta, antes da assinatura do contrato, em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, a SUDAM poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências do ato convocatório, correndo as despesas por conta da licitante.

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados a partir da data de assinatura do contrato / instrumento substituto ao contrato, no seguinte endereço: Almirante Barroso, n° ó Marco, Belém ó CEP: 66093-082. Setor de Almoxarifado.

5.2. O recebimento do material dar-se-á em duas etapas:

5.2.1. Os bens serão recebidos, provisoriamente, em até 2 (dois) dias úteis após a entrega no almoxarifado da SUDAM, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.2.2. Definitivamente, com a aceitação no prazo de 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, mediante análise específica que comprove sua conformidade com os padrões estabelecidos no presente Termo de Referência.

5.2.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.3. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na

proposta, devendo ser substituídos pela contratada no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da notificação, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades, sendo-lhe, ainda, concedido o mesmo prazo para retirada do material ou parte do que foi rejeitado, arcando a contratada com todas as despesas decorrentes deste processo.

5.4. Caso a substituição não seja efetivada a Contratante poderá rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

5.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.6. Deverão estar incluídos no preço unitário todos os impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes, os quais correrão por conta da contratada;

6. **GARANTIA DOS MATERIAIS**

6.1. O prazo mínimo de validade/garantia dos materiais é de 12 meses, a partir do recebimento definitivo pela Contratante, ou o oferecido pelo fabricante, se maior.

6.1.1. A garantia consiste nas obrigações previstas na lei nº 8.078/1990 o Código de Defesa do Consumidor, além daquelas previstas no Edital.

6.2. Durante o período de validade/garantia os materiais que apresentarem defeito ou funcionamento irregular deverão ser substituídos em até 10 (dez) dias.

6.3. Em caso de danos ou vícios ocultos, impossíveis de serem observados pela Contratante, os materiais serão devolvidos e deverão ser substituídos em até 10 (dez) dias. A contagem do prazo de validade/garantia reiniciará a partir do recebimento desses materiais.

7. **DA MANUTENÇÃO DAS OBRIGAÇÕES**

7.1. Durante todo o contrato a empresa, deverá manter as condições de habilitação.

8. **DAS NORMAS**

8.1. Na execução do objeto contratado deverá (ão) ser (em) observado(s), pela(s) empresa (as) contratada(s), o que estabelece:

8.1.1. A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 o Código de Defesa do Consumidor;

8.1.2. A Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da SLTI do MPOG (Sustentabilidade Ambiental);

8.1.3. A lei 8666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

9. **A PROPOSTA COMERCIAL DEVERÁ CONTER:**

9.1. Nome da firma participante, com sua qualificação.

9.2. Declaração de que os preços cotados incluem impostos, taxas, seguros e quaisquer outros encargos que incidam sobre os respectivos bens.

9.3. Prazo de validade da proposta, que deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados a partir da entrega da mesma.

9.4. Assinatura do representante legal ou procurador devidamente constituído.

9.5. Indicação expressa e nominal do representante legal, apto para assinar possível contratação, com a sua respectiva qualificação jurídica.

9.6. Indicação expressa do endereço para entrega de correspondência oficial.

10. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto descrito neste TR.

11. **QUALIFICAÇÃO EXIGIDA**

11.1. Para comprovação de que a LICITANTE possui capacitação e experiência no fornecimento do objeto deste TR, a empresa deverá, nos termos do Art. 30, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93, juntamente com a documentação de habilitação necessária, apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica(s) expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento de cafeteria elétrica industrial

11.2. No caso de apresentação de atestado de empresas privadas, não serão considerados aqueles apresentados por empresas participantes do mesmo grupo empresarial da contratada. Serão consideradas como de mesmo grupo, empresas controladas pela contratada, ou que tenham pelo menos uma pessoa física ou jurídica que seja sócia da empresa emitente e da contratada.

11.3. O(s) atestado(s) de capacidade técnica deverá (ão) contemplar, no mínimo, as seguintes informações:

a) Nome do cliente;

b) Endereço completo do cliente;

c) Descrição dos bens fornecidos;

d) Assinatura e identificação do signatário contendo: Nome, cargo ou função que exerce junto ao emitente e que o habilite a expedir o referido atestado;

e) Telefone, fax ou e-mail de contato.

11.4. À SUDAM reserva-se o direito de realizar diligências e comparecer aos locais indicados nos atestados e demais documentos, para confirmação das informações contidas e comprovação da boa execução e eficiência dos serviços, com base no § 3º, Artigo 43 da Lei nº. 8.666/93;

12. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13. **CONTROLE DA EXECUÇÃO**

13.1. O fornecimento dos materiais será acompanhado e fiscalizado por equipe de servidores da Coordenação de Gestão Administrativa (CGA) da SUDAM, responsável pela gestão do serviço de copeiragem, previamente designada pela Administração, para a qual deverá ser dirigida toda e qualquer solicitação da contratada.

13.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14. DO PAGAMENTO

14.1. O documento de cobrança/nota fiscal deverá ser apresentado, em 02 (duas) vias, devidamente protocolado, constando o número do Contrato e Nota de Empenho;

14.2. O pagamento será efetuado no prazo de 10 dias úteis, a partir do recebimento definitivo do bem;

14.3. Além das informações usuais deverão constar da nota fiscal os dados bancários para pagamento (número da conta corrente, agência, nome do banco e se a empresa é optante pelo "SIMPLES"). Sendo optante pelo "SIMPLES" deve ser enviada uma cópia do termo de opção juntamente com a nota fiscal;

14.4. Todos os lançamentos da NOTA FISCAL devem ser iguais ao constantes do contrato;

14.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

14.6. Antes do pagamento à contratada será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas neste Termo de Referência (TR).

14.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

14.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

14.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

14.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.12. Na ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento. Os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)$$

$$365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

15. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

15.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste TR;

15.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

15.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

15.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão/servidor especialmente designado;

15.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste TR e seus anexos;

15.6. Permitir o livre acesso dos empregados da contratada nas dependências da SUDAM, para entrega dos materiais;

15.7. Solicitar a substituição dos materiais que apresentarem defeito durante a entrega e a utilização; e

15.8. Atestar as faturas correspondentes;

15.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do

presente TR, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

16.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste instrumento, seus anexos e proposta, assumindo, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

16.2. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste instrumento e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes aos livros adquiridos;

16.3. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

16.4. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

16.5. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

16.6. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

16.7. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

16.8. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da SUDAM;

16.9. Responder pelos danos causados diretamente à SUDAM ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a entrega dos materiais, não excluindo ou deduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pela SUDAM;

16.10. Apresentar, sempre que solicitados, documentos que comprovem a procedência do produto fornecido;

16.11. Manter os seus empregados devidamente identificados por uniforme e crachá quando em trabalho dentro das dependências da SUDAM.

16.11.1. Em relação aos seus empregados, responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução do fornecimento dos bens descrito no objeto deste termo, tais como: salários, seguro de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, auxílio alimentação de qualquer ordem, vales-transportes, vantagens trabalhistas decorrentes de acordos, convenções ou dissídios trabalhistas, e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas.

16.12. Na parte pertinente ao fornecimento dos aparelhos telefônicos, além da obrigação de observar as normas legais a que esteja sujeita essa atividade deverá a CONTRATADA: Pagar todos os tributos, contribuições, fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente, sobre a aquisição contratada. Prestar esclarecimentos técnicos e administrativos que se fizerem necessários a SUDAM, durante a vigência do contrato.

16.13. Executar, como parte integrante de suas obrigações, ações que, mesmo não previstas no objeto, se façam necessárias ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas junto a SUDAM; e

16.14. Não subcontratar ou transferir no todo ou em parte o fornecimento de combustível, sem prévia e expressa anuência da SUDAM.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

17.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

17.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.3. fraudar na execução do contrato;

17.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

17.1.5. cometer fraude fiscal;

17.1.6. não manter a proposta.

17.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

17.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

17.2.2. multa moratória de 0,1 % por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

17.2.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

17.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

17.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

17.2.6. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

17.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

17.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

17.3.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

17.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

17.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18. **DA RESCISÃO**

18.1. Independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, constituem motivos para rescisão do Contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79, da Lei nº 8.666/93.

18.2. O Contrato poderá ser rescindido, também, por conveniência administrativa, a juízo da CONTRATANTE, sem que caiba à Contratada qualquer ação ou interpelação judicial.

18.3. No caso de rescisão do Contrato, a CONTRATANTE fica obrigada a comunicar tal decisão à Contratada, por escrito, no mínimo com 30 (trinta) dias de antecedência.

18.4. Na ocorrência da rescisão prevista no *ôcaputô* deste item nenhum ônus recairá sobre o CONTRATANTE, em virtude desta decisão.

18.5. Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, a Contratada reconhece, desde logo, o direito do CONTRATANTE de adotar, no que couber, as medidas previstas no artigo 80, da Lei nº 8.666/93.

19. **DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

19.1. O contrato vigorará por **120 dias**, contados a partir da data de assinatura.

20. **VALOR ESTIMADO**

20.1. Estima-se esta contratação no valor global de R\$ 2.623,07 (Dois mil, Seiscentos e vinte e três reais e sete centavos).

21. **DISPOSIÇÕES FINAIS:**

21.1. As empresas deverão ser responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e documentos apresentados em qualquer época;

21.2. Nenhuma responsabilidade caberá à SUDAM em relação a terceiros, em decorrência de compromissos assumidos entre esses e a proponente vencedora;

21.3. Qualquer elemento, informação ou esclarecimento sobre a presente especificação, será fornecido no horário comercial, na sede da SUDAM, 4º andar Bloco "C", situado na Travessa Antônio Baena, 1113 ó Marco - Belém - Pará ó CEP: 66.093-550 ou pelos fones: 4008-5551 e 4008-5697.

22. **ANEXOS**

I - Especificações

II - Modelo de Proposta de Preço

Dieri Silva

Analista Técnica

Setor de Compras / DGES

Marcos Tavares

Engenheiro Civil

DIMP / CGA

De acordo.

Raimundo Santos

Chefe de Divisão / DGES

Aprovo.

Keila Adriana Rodrigues de Jesus

Diretora de Administração

ANEXO I

ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

ITEM	CATMAT	OBJETO	Quantidade a ser adquirida (Unidade)
1	258143	Cafeteira elétrica material aço inoxidável, aplicação industrial, capacidade 50 l, com 04 torneiras, voltagem 220v bifásico, potência aproximada de 6000w, com termostato para controle de temperatura, características adicionais com 2 depósitos	1

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA

A empresa _____ com sede na cidade de _____ (rua, avenida, etc.) _____, nº. _____ inscrita no CNPJ/MF sob o nº. _____, neste ato representada por _____, abaixo assinado, propõe a SUDAM a prestação do objeto deste Ato Convocatório, de acordo com esta Proposta Comercial, nas seguintes condições:

ITEM	OBJETO	Quantidade a ser adquirida (Unidade)	Preço Médio Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	Cafeteira elétrica material aço inoxidável, aplicação industrial, capacidade 50 l, com 04 torneiras, voltagem 220v bifásico, potência aproximada de 6000w, com termostato para controle de temperatura, características adicionais com 2 depósitos.	1		

Data / Assinatura



Documento assinado eletronicamente por **Dieri do Socorro da Silva Eugenio, Analista Técnico Administrativo**, em 15/04/2019, às 11:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Antonio Tavares de Sousa, Engenheiro Civil**, em 15/04/2019, às 11:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo Santos, Chefe de Divisão**, em 15/04/2019, às 11:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Keila Adriana Rodrigues de Jesus, Diretor Substituto(a)**, em 15/04/2019, às 14:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0148512** e o código CRC **6EC3A51F**.